

AMOR NÃO TEM COR?! GÊNERO E RAÇA/COR NA SELETIVIDADE AFETIVA DE HOMENS E MULHERES NEGROS(AS) NA BAHIA E NO RIO GRANDE DO SUL

Edilene Machado Pereira¹ e Vera Rodrigues²

Resumo: O artigo “O Amor não tem Cor?! Gênero e Raça/Cor na Seletividade Afetiva de Homens e Mulheres Negras (os) na Bahia e no Rio Grande do Sul” emerge de um fluxo de motivações advindas tanto da observação dos discursos e silêncios do cotidiano quanto dos questionamentos suscitados pelos estudos acadêmicos sobre relações raciais. Assim, reunimos nesse artigo uma leitura que perpassa dados macros e micros sobre o universo da afetividade entre homens e mulheres auto-declarados negros(as), centralizando nos aspectos de seletividade e percepção da vida afetiva.

Palavras-Chave: seletividade afetiva, gênero, relações raciais.

DOESN'T LOVE HAVE A COLOR ?! GENDER AND RACE/COLOR IN THE AFFECTIVE CHOICES OF BLACK MEN AND WOMEN IN BAHIA AND RIO GRANDE DO SUL

Abstract: The article “Doesn't love have a color?! Gender and Race/Color in the Affective Choices of Black Women and Men in Bahia and Rio Grande do Sul” emerges from a swirl of motives, which stem as much from the observation of the speeches and silences of everyday life, as from the questions raised by academic studies on race relations. We bring together in this article a reading which probes micro and macro data on the world of affect between men and women who self-identify as black, focusing on aspects of selectivity and perception in affective life.

Key Words: affective choice, gender, race relations.

EL AMOR NO TIENE COLOR!?! GÉNERO Y RAZA/COLOR EN LAS SELECCIONES AFECTIVAS DE LOS HOMBRES NEGROS Y MUJERES NEGRAS EN BAHIA Y EN RIO GRANDE DO SUL

Resumen: El artículo "El amor no tiene color?! Género y Raza de Color / Emocional en Selectividad de Negro Mujeres y Hombres (la) en Bahía y Rio Grande do Sul "surge de una corriente de motivación derivados tanto de la observación diaria de los discursos y silencios sobre las cuestiones planteadas por la investigación sobre las relaciones raciales. Hemos compilado una lectura de esse artículo que se sucede em El universo de datos macro y micro de afecto entre hombres y mujeres autodefinidos negros(as), centrándose em los aspectos de La selectividad y La percepción de La vida afestiva.

Palabras claves: el afecto, la selectividad, el sexo, las relaciones raciales.

¹ Mestra em Antropologia (PUC/SP), ex-bolsista do Programa de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford. Especialista em Metodologia de Ensino e Pesquisa pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Licenciada em Ciências Sociais e Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores pela Justiça Social (ABRAPPs). E-mail: ms.soc.lenamachado@gmail.com.

² Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP), bolsista do Programa de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford. E-mail: verare.rodrigues@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Nosso artigo emerge de um fluxo de motivações advindas tanto da observação dos discursos e silêncios do cotidiano quanto dos questionamentos suscitados pelos estudos acadêmicos sobre relações raciais. Partimos da premissa de que o relacionamento afetivo sexual não é desprovido de determinação ideológica e social, também procuramos agregar a esse paradigma a questão racial. Assim, foi que do cotidiano se cruzaram, por um lado, os comentários sobre o “mal-estar das mulheres afro-americanas” por sentirem-se preteridas no mercado matrimonial³ e, por outro, os comentários vindos de mulheres negras brasileiras,⁴ todos expressando similar sentimento. Nos estudos acadêmicos sobre relações raciais, afetividade e mercado matrimonial, autores como Berquó (1987), Petrucelli (2001), Moutinho (2004) e Pacheco (2006), entre outros, problematizam a interface entre relações raciais e seus desdobramentos temáticos com outras categorias sociais, como, por exemplo, relações de gênero, identidades e desigualdades.

Parafraseando o antropólogo Claude Levi-Strauss, nós consideramos o acúmulo resultante dessas observações e questionamentos como algo “bom para pensar”, na medida em que pode nos dizer algo sobre a realidade social. Isso porque, ao pensarmos sobre a temática das relações raciais e afetividade, metaforizadas no questionamento “O amor não tem cor?”, perguntamo-nos: A problemática racial incide ou não na afetividade? O que homens e mulheres negros (as) pensam sobre isso? Quais as conexões existentes, ou não, entre diferentes contextos regionais? O que esse tema nos diz sobre a dinâmica das relações raciais no Brasil?

Nesse sentido, reunimos neste artigo uma leitura que perpassa dados macros e micros sobre o universo da afetividade entre homens e mulheres autodeclarados negros(as), centralizando nos aspectos de seletividade e percepção da vida afetiva. Para analisar nossos questionamentos, o artigo divide-se em três seções. Na primeira, trazemos uma breve exposição das categorias de análise aqui utilizadas: gênero e raça/cor. Em adição, contextualizamos o

³ Os comentários foram suscitados em função de reportagem feita pela ABC NEWS, intitulada “Black Women Unmarried”, apresentada em 27 de dezembro de 2009. No vídeo são apresentados dados do mercado matrimonial norte-americano, bem como depoimentos de mulheres afro-americanas sobre a condição de solteiras, o relacionamento com homens afro-americanos e perspectivas de vida.

⁴ Aqui nos referimos aos comentários percebidos em conversas informais e em diferentes momentos e locais sobre o tema dos relacionamentos inter-raciais.

recorte do universo da nossa análise: os estados do Rio Grande do Sul e da Bahia, os quais são contrastantes em termos de visibilidade e invisibilidade da população negra no imaginário social brasileiro, em virtude das diferenças demográficas, vistas como reveladoras ou não de padrões diferenciados das relações raciais e afetividade. Além disso, esses estados são os de origem regional das autoras e entrevistados(as). Na segunda seção, são apresentados dados macros de cunho estatístico sobre o mercado matrimonial no Brasil com foco nas regiões escolhidas. Na última, discutimos os recortes discursivos oriundos dos questionários aplicados a homens e mulheres negros(as), os quais conjugados aos dados anteriores, explicitam a problemática proposta: o amor não tem cor?

MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA: RAÇA, COR E GÊNERO

Nas Ciências Sociais há um campo de estudos denominado “marcadores sociais da diferença”, no qual se busca explicar como são constituídas socialmente desigualdades e hierarquias entre grupos sociais e indivíduos. Por marcadores da diferença, compreendem-se, por exemplo, categorias como as de sexualidade, classe social, gênero e raça/cor. Tais categorias são percebidas pelo senso comum como naturais e autoexplicativas das relações sociais. Por exemplo, quem já não ouviu dizer “isso é coisa de mulher”, “pobre e preto nasceu para sofrer”, entre outras expressões usuais? Pode-se desconstruir essas percepções demonstrando o quanto essas são fruto das relações sociais, da interação humana e não algo dado pela natureza.

Para analisar os marcadores sociais que geram diferença, torna-se interessante agregar a perspectiva que nos traz Guimarães (2003) sobre categorias analíticas e nativas. Nessa distinção, o autor ressalta que a categoria analítica possibilita a análise de um determinado conjunto de fenômenos que faz sentido dentro de uma teoria. Já uma categoria nativa possui um sentido histórico e específico no mundo prático de um determinado grupo social. Considerando que as categorias de gênero e raça/cor possuem tanto um entendimento analítico quanto nativo, nossa proposta é perceber como essas se interligam na seletividade afetiva e organização familiar da população negra. Antes de passar à análise de dados que nos possibilitem tal abordagem, cabe trazer uma leitura conceitual e contextual de tais categorias, a partir da idéia de “raça”.

Em Schwarcz (1993), há o instigante debate sobre a unidade do gênero humano, gerador de controvérsias e teorias que fundamentaram a noção de “raça”. Por “raça”, tem-se no século

XIX, conforme a autora, a “idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos”, fundadas nas ciências naturais e que trazem uma imutabilidade biológica atuando como vetor da formulação de teorias raciais. Tal debate é perpassado pelas noções de diferença e de hierarquização social, as quais configuram visões que moldam paradigmas em épocas subsequentes. Nesse momento, o conteúdo biológico de “raça” é usado para explicar a vida social. Assim, fenômenos sociais como criminalidade ou mesmo qualidades morais e intelectuais são referendadas por essa noção. Ainda hoje, percebem-se no discurso nativo resquícios desse entendimento nas referências à “preguiça do baiano”, leia-se “preguiça do negro/preto” ou “empreendedorismo civilizador do gaúcho”, leia-se “empreendedorismo do homem branco/descendente de europeus”.

Para entender o significado de raça, no século XXI, as Ciências Sociais no Brasil apoiaram-se não mais no seu conceito morfobiológico do século XIX, mas naquilo que autores como Guimarães (2003) e Munanga (2004) enfatizam como discursos sobre as origens de um grupo: discursos que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas. Essa é uma definição bem relevante e merece uma ênfase que nem sempre é dada, como uma construção social, cultural e ideológica interligada às estruturas de poder, dominação e hierarquização entre grupos sociais. Essas ênfases no “discurso” e na “construção social” nos dizem algo sobre como “raça” opera na concretude dos dados sobre a afetividade entre a população negra.

O mesmo ocorre em relação à “cor”, tratada por Guimarães (2003) como um difícil discurso classificatório sobre cores, pois esse é totalmente nativo e naturalizado. Além disso, ressalta o autor que, diferentemente de “raça”, não há ampla literatura sobre usos e origem, a não ser quando aplicada a outros campos do conhecimento humano como artes e literatura. Porém, faz parte das formas como indivíduos se classificam e classificam os demais. Tomemos isso em relação à expressiva quantidade de cores com que muitos brasileiros(as) se identificam: moreno(a), marrom-bombom, cor de cuia, entre outras possibilidades demonstradas em pesquisas censitárias (Osório, 2003).

Enquanto as noções de “raça” e cor apareceram justapostas, na maioria das análises, o conceito de sexo foi sendo paulatinamente substituído por gênero, termo que surgiu no mundo acadêmico no momento em que pesquisadoras feministas buscavam desnaturalizar a condição da mulher na sociedade. Gênero foi um conceito construído teoricamente, na década de 1970, com o fim de compreender as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles. Isso para explicitar que

sexo social não é determinado pelo sexo biológico, ou seja, a sociedade imputa uma diferença cultural entre homem e mulher que resulta em uma cisão construída; independentemente, portanto, de determinações biológicas. Nesse sentido, Simão ressalta que:

neste momento era necessário encontrar conceitos que permitissem diferenciar aquilo que as mulheres tinham de normal, permanente e igual em todas as épocas e culturas (o sexo) daquilo que dava margem para discriminação e por ser socialmente construído, variava de sociedade para sociedade e podia mudar com o tempo (gênero) (Simão, 2000, p. 9).

Entre várias definições, Scott destaca que gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Sua discussão sobre gênero é compreendida como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p. 15).

Com base nessas discussões, entendemos que gênero é uma categoria que, como afirma Saffioti (2004), não se resume apenas a uma categoria de análise. Ela é um conceito aberto, cuja investigação tem demandado muito investimento histórico, pois se refere a relações desiguais e a representações do masculino e do feminino. Portanto, nesse trabalho, gênero é visto como uma categoria de análise social. Lena Lavinas (1997) argumenta que no processo de socialização as categorias de gênero são permanentemente reconstruídas, em virtude das interações que ocorrem nesse meio social; portanto, gênero é uma das relações estruturantes que situam o indivíduo no mundo e ao longo da sua vida em relação a oportunidades, trajetórias, vivências e lugares.

Não podemos falar de gênero e raça sem falarmos de identidade. Esse conceito vem sendo extensamente discutido por autores como Hall (*apud* Pereira, 2008), compreendendo que, para o autor, a identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior – entre o mundo pessoal e o mundo público, fragmentando o indivíduo. O fato de que projetamos a “nós próprios”, nossas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “partes de nós” contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

Assim, transcorre a condição de exclusão a que é submetida grande parcela da população negra na Bahia e no Rio Grande do Sul. As velhas identidades que por muito tempo mascararam as relações sociais nesse estado estão em declínio, diante do crescimento da mobilização política das organizações do movimento negro, fazendo surgir novas identidades. Mesmo persistindo a “variedade” de “cores”, é permitido um olhar mais identitário quanto à pertença dessa população. Nosso olhar como pesquisadoras é também carregado de lembranças, de lutas na construção

dessa identidade.

Quando aqui nesse trabalho falamos em gênero, estamos nos referindo aos dois sexos, masculino e feminino e em várias cargas que ambos trazem no decorrer da vida. Em 1949, Simone de Beauvoir, publica seu livro *O Segundo Sexo*, que viria a ser considerado um marco no pensamento feminista do século XX, abrindo caminhos para a teorização em torno das desigualdades construídas em função das diferenças entre os sexos. Foi a partir da frase “Não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres” que várias teóricas nos anos 1980 refletiram sobre as diferenças estabelecidas entre os sexos. A seguir, as perspectivas de raça e gênero são incorporadas à análise do contexto regional gaúcho e baiano.

RIO GRANDE DO SUL, UM ESTADO “BRANCO”?

A tradição dos estudos sobre relações raciais no Brasil delimitou como universo de pesquisa, preferencial, especialmente até os anos 1950, as regiões Norte e Nordeste. Os estados da Bahia e Pernambuco foram representativos da formação e herança histórica do país em termos sociorraciais para estudiosos como Nina Rodrigues (1862-1906), Arthur Ramos (1903-1949) e Gilberto Freyre (1900-1987). Por conta disso, encontramos pouca ou nenhuma referência, nesse período, às demais regiões do país. Mas, como toda regra possui exceções, temos em Nina Rodrigues um breve comentário comparativo sobre o Sul e o Norte do Brasil:

ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já se deixa entrever, entre uma nação branca, forte e poderosa, provavelmente teutônica, que se está constituindo nos estados do sul, donde o clima e a civilização eliminarão a raça negra, ou a submeterão de um lado; e, de outro lado, os estados do norte, mestiços vegetando na turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta, mas associada a mais decidida inércia e indolência, ao desânimo e por vezes, à subserviência, e assim ameaçados de converterem-se em pasto submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores (Rodrigues *apud* Guimarães, 2008, p. 65).

Essa idéia de uma “nação branca, forte e poderosa”, originada no Sul do Brasil via o protagonismo da imigração européia, encontra no comentário anterior e no imaginário social um forte apelo que concebe os estados do Sul com pouca ou nenhuma visibilidade da população negra. Na esteira desse entendimento está a noção de ausência de tensões raciais. Será somente com a publicação, em 1962, de *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, que o sociólogo, Fernando Henrique Cardoso irá estudar a ordem escravocrata gaúcha contribuindo para a análise do preconceito racial. Sobre

esse aspecto, o autor formula o seguinte comentário:

com a desagregação da ordem servil, que naturalmente antecedeu, como processo, a abolição foi-se constituindo pouco a pouco, o “problema negro”, e com ele intensificando-se o preconceito com novo conteúdo. Nesse processo o “preconceito de cor ou de raça” transparece nitidamente na qualidade de representação social que toma arbitrariamente a cor ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários como fonte para a seleção de qualidades estereotipáveis (Cardoso *apud* Guimarães, 2008, p. 77).

O reconhecimento do preconceito racial ou de cor como entendia parte dos estudiosos, aqui aparece reafirmado como herança da sociedade escravocrata. Sendo que nesse momento, o preconceito atua como um vetor para se entender as relações interpessoais em que estão em jogo temas como miscigenação, casamento inter-racial e a contribuição do negro para a sociedade brasileira. Somente na década seguinte, será dado um passo além, quando em 1979 é publicado *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, do também sociólogo Carlos Hasenbalg, em que se ultrapassa o reconhecimento da existência de preconceito racial no Brasil para afirmar a concretude da desigualdade racial, como se apreende do trecho de uma entrevista recente do autor:

uma das causas importantes das disparidades entre os grupos de cor está na sua desigual distribuição geográfica, com os não-brancos (das cores pretas e pardas) concentrados nas regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste, e os brancos concentrados nas regiões mais desenvolvidas, no Sul e Sudeste. Essa polarização geográfica foi historicamente condicionada pela dinâmica do sistema escravista no país e, desde a etapa final desse regime, pelas políticas de incentivo e subsídio à imigração europeia no Sudeste e Sul do Brasil. Tal polarização persiste até hoje, como pode ser comprovado facilmente com os dados do IBGE, e se traduz em diferenças na apropriação de oportunidades sociais em áreas como educação, emprego, rendimentos etc. (Hasenbalg *apud* Guimarães, 2006, p. 259).

Essa transição inaugura uma perspectiva teórica que aponta com maior densidade para as consequências observáveis do fenômeno, ou seja, os processos de mobilidade social, status ocupacional e acesso à educação. É sob o ponto de vista dessa dinâmica social que as análises sobre discriminação racial e desigualdade social permanecem instigando a revisitação dessa temática em estudos regionais e nacionais. No caso do Rio Grande do Sul, em 2007 o “Estudo Quanti-qualitativo sobre a População Afro-Brasileira no Município de Porto Alegre/RS” (Rodrigues *et alii*, 2008), insere-se na ótica que, dentro dos limites propostos de um estudo amostral, contribui para essa temática, já que desenvolve os perfis individual, familiar, socioeconômico, sociorracial e de demanda social de 500 entrevistados(as) autodeclaradas

pretas/os ou pardas/os em seis bairros de Porto Alegre.

Ainda em relação à dinâmica social cabe ressaltar alguns fatos que denotam, tanto a presença da população negra gaúcha quanto a problemática racial. Em 1971, um grupo de jovens intelectuais e militantes negros, entre eles o poeta Oliveira Silveira (1941-2009), fundou o grupo Palmares, o qual propôs o deslocamento das comemorações relativas ao 13 de maio para o 20 de novembro como “Dia da Consciência Negra”. Nas décadas seguintes, o ativismo das organizações do movimento negro tem se interligado a dois acontecimentos marcantes: a adoção de um programa de ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁵ e a luta das comunidades quilombolas⁶ pela garantia de seus direitos constitucionais (Rodrigues, 2006).

Nesse ponto são ilustrativos os casos da família Silva (Porto Alegre), Alpes (Porto Alegre), Chácara das Rosas (Canoas), Manoel Barbosa (Gravataí), Anastacia (Viamão), Casca (Mostardas) e tantas outras em um universo de 48 comunidades com certidões de autoidentificação emitidas pela Fundação Cultural Palmares; 69 com aberturas de processo junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), bem como aquelas não mapeadas, mas atuantes no seu pleito político por reconhecimento estatal.

Ainda que os números indiquem baixa expressividade, pois afinal os negros/as gaúchos/as são 15,5% em um universo populacional total de 10.854.343 no estado, segundo dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2005), acreditamos que diante do quadro exposto, anteriormente, torna-se possível desconstruir um imaginário social “branco” para o Rio Grande do Sul.

BAHIA, TERRA DE TODAS AS RAÇAS?

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), Salvador tem quase 2,5 milhões de habitantes, sendo 86% pretos e pardos. A maioria deles não tem acesso à educação, à saúde ou à habitação e vive aglomerada em favelas e bairros super populosos, como o bairro da Liberdade, com aproximadamente 600 mil moradores.

Apesar da conjuntura social de desigualdade e invisibilização, sobretudo, da mulher negra, a Bahia ocupa o posto de sexta maior economia do Brasil, com um considerável mercado

⁵ Informações disponível em: <http://www.acoesafirmativas.ufrgs.br/>. Acessado em: maio de 2010.

⁶ Mais informações disponível nos sites do Incra (www.incra.gov.br), da Comissão Pró-Índio de São Paulo (www.cpis.org.br) e da Fundação Cultural Palmares (www.palmares.gov.br). Acessados em: maio de 2010.

livre, exportador, e com um Produto Interno Bruto (PIB) superior a 90 bilhões de reais. Há uma crônica má distribuição de renda. Essa situação se reflete nos baixos índices educacionais e na esperança média de vida ao nascer da maioria de população, negra.

No *Censo Demográfico de 2000*, constatou-se que na Bahia a renda *per capita* dos brancos (R\$ 262,23) era, em média, 108,8% superior à dos negros (R\$ 125,64). Nos municípios do interior da Bahia, o percentual de negros abaixo da linha de pobreza era de 58,5%, o percentual de brancos era de 46,3%, o de indígenas era de 54,9% e o de amarelos, 51,5% (Paixão, 2003).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 revelou que 6,7% da população com mais de 15 anos na região metropolitana de Salvador eram analfabetos. Entre os pretos, 10,1% não sabem ler ou escrever. Entre pardos, 6,5% eram analfabetos. Entre brancos, o índice cai para menos da metade do anterior: 3,3%. O mesmo abismo social fora atestado pela taxa de rendimento mensal da população ocupada. Enquanto a minoria branca, de menos de 20% da população, arrecadava R\$ 1.233,42, os negros recebiam em média R\$ 497,82, ou seja, um terço do valor. Essa situação se agrava diante da análise de gênero e raça na Bahia, na medida em que essa dupla determinação cor e gênero tem provocado um aprofundamento das desigualdades.

Como é sabido, na Bahia, originou-se um estilo musical denominado “axé music” representado por cantoras/es brancas/os e negras/os. Com efeito, no repertório existe uma música com a letra: “a cor dessa cidade sou eu, o canto dessa cidade ‘é meu’”. De qual “eu” se está falando? A intérprete, a cantora Daniela Mercury, não representa a maioria negra que compõe a população soteropolitana. Em contrapartida, temos outra música: “*Eu sou parte de você, mesmo que você me negue... na beleza do afoxé..., somos nós a alegria da cidade*”. A intérprete dessa música, Margarete Menezes, personifica a população negra, tanto na sua especificidade cultural quanto na invisibilidade que a permeia socialmente.

As metáforas musicais servem aqui para pensar não só a negação e a invisibilidade da população negra soteropolitana, mas especialmente da mulher negra. Assim, vemos as cantoras brancas do axé sendo exaltadas midiaticamente em oposição à invisibilização de cantoras negras. O mesmo ocorre para o conjunto das mulheres negras em geral. Seguindo esse raciocínio, no tocante à exaltação de uma raça/etnia em detrimento de outra, Carneiro (1995) rebate as idéias Barbosa e Santos presente em *Atrás do muro da noite* (1994), elencando as formas de exclusão e inferiorização dessa mulher no mercado matrimonial:

a exaltação da beleza da mulher branca tem a mesma função justificadora, nesse caso, da deserção de um determinado tipo de homem negro em relação ao seu grupo racial: sendo a mulher branca como Joel afirma mais bonita e mais gostosa, este homem negro encontrar-se-ia “prisioneiro” da sedução das formas brancas, como os senhores de engenho seriam “cativos” da sexualidade transgressora de suas escravas negras nos espaços matrimônios (Carneiro, 1995, p. 546).

Segundo Carneiro, essa desqualificação estética da mulher negra e a suposta valorização estética da mulher branca se hierarquiza ao expressar-se na metáfora que as relaciona aos modelos de carro Fusca e Monza (comuns na época). Essa metáfora serviu para ratificar esses estereótipos e ocultar a ferida narcisista escondida em qualquer homem negro. Alguns têm a coragem de reconhecer essa desqualificação, e enfrentá-la e outros a escondem no mito da ascensão social do homem negro e da ausência de preconceito racial no território brasileiro, evocando a ausência do preterimento nas relações raciais e sexuais.

Analisando a imagem da mulher no contexto brasileiro e, em particular, da Bahia em Salvador, é possível dizer que esta sofreu bastantes modificações ao longo do desenvolvimento histórico da nação, porém sempre preservando elementos pejorativos e que tiram o mérito da imagem feminina vendida pela publicidade e pelo turismo. O estigma erótico e sexual, marcado sobre o corpo feminino desde a dita descoberta das terras além Tordesilhas, ainda predomina na sociedade baiana e na sua capital (Cassares, Nunes e Costa, 2009, p. 2). Salvador é uma cidade, fundamentalmente, turística; e nesse panorama o corpo da mulher negra tem um posto, o comercial:

ela é primeiramente associada às belezas paisagísticas da cidade soteropolitana enaltecendo-a apenas para este fim, ao ponto que deixa de ser imagem fortemente usada por empresas aéreas, hotéis, restaurantes e até mesmo órgãos oficiais de turismo para ser um produto materializado em si mesmo. A mulher negra torna-se o artigo legítimo da “Terra da Alegria” e sua presença no espetáculo da mercantilização da cidade turística é fundamental; apesar da mesma exercer um papel coadjuvante nesta estrutura econômica e possuir os piores níveis de aceitação social, a mesma surge cordial e afortunada em todas as propagandas da cidade de Salvador (*Idem, ibidem*, p. 11).

Ao mesmo tempo em que existe a valorização de uma imagem a ser comercializada pelo exótico ou cultural, ao ultrapassar essa linha, a mulher negra é desvalorizada como sujeito. Dessa forma, não é vista como uma parceira efetiva, uma escolha conjugal adequada, visto que a sua imagem é vendida de forma estereotipada.

DADOS EMPÍRICOS E ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE AFETIVIDADE E RAÇA/COR

Neste tópico, faremos um balanço teórico de alguns autores que se debruçaram sobre os temas de relações raciais, gênero, desigualdades e mercado matrimonial. O *Censo Demográfico 2000* (IBGE, 2000) serviu de base para o “Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a Cor ou Raça”, mostrando que o Brasil possuía cerca de 170 milhões de habitantes, dos quais 91 milhões se declararam como brancos (53,7%), 65 milhões como pardos (38,5%), 10,5 milhões como pretos (6,2%), 762 mil como amarelos (0,4%) e 734 mil como indígenas (0,4%). A pesquisa ainda mostrou diferenças regionais e comparou o resultado com o apresentado nos censos anteriores, demonstrando que em determinadas regiões houve acréscimo e em outras decréscimo de populações negras. Além disso, constatou que em 2010 a população negra deveria alcançar a maioria. Para efeito de demonstração, utilizamos dados referentes a 1995.

Tabela 1 – Distribuição da População por Grupos de Cor, segundo as Regiões do país, 1995

Regiões	Total	Branca	Parda	Preta
Norte	100,0	28,4	69,7	1,9
Nordeste	100,0	27,9	67,3	4,8
Sudeste	100,0	66,3	27,1	6,6
Sul	100,0	84,8	12,5	2,7
Centro Oeste	100,0	48,4	48,9	2,6
Total	100,0	54,7	40,4	5,0

Fonte: Pnad/ IBGE *apud* Petrucelli, 2001.

A Tabela 1 apresenta uma maior concentração de pretos e pardos nas regiões Norte e Nordeste do país, contrastando com o alto índice populacional branco nas regiões Sul e Sudeste. Embora pelo exposto anteriormente, sobre os estados da Bahia e Rio Grande do Sul, o percentual demográfico não significa ausência de desigualdades e/ou tensões raciais.

Já a Tabela 2 informa dados referentes ao Recenseamento Populacional de 1991 elencando importantes variações entre homens e mulheres, e entre os três grupos de cor no que diz respeito à situação conjugal. As mulheres apresentam uma situação que pouco tem se modificado nas últimas décadas, reafirmando a desvantagem da mulher negra no mercado matrimonial. Ela se encontra na menor porcentagem entre as casadas, fortalecendo a nossa suspeita no tocante a essa exclusão.

Tabela 2 – Distribuição da população de 15 anos e mais por cor, gênero e estado conjugal, Brasil, 1991

	Est. Conjugal	Total	Branca	Parda	Perda
Mulher	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	Casada	57,1	59,1	55,4	48,3
	Solteira	28,7	26,8	30,7	33,0
	Sep/des/div	6,1	5,6	6,5	7,8
	Viúva	8,9	8,0	7,3	10,8
Homens	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	Casado	60,0	62,1	57,7	57,4
	Solteiro	35,7	33,7	38,0	36,9
	Sep/dês/div	2,7	2,6	2,7	3,3
	Viúva	1,6	1,6	1,5	2,4

Fonte: IBGE *apud* Petrucelli, 2001.

As mulheres brancas ainda apresentam as mais altas porcentagens de conjugalidade. Em posição intermediária estão as pardas, apesar de se aproximarem mais do grupo das mulheres de cor preta. Isso indica que o pertencimento racial, ainda que em menor grau, acarreta desvantagens similares para esse grupo. Tal ocorrência parece corroborar o argumento de Moreira e Sobrinho (1994), que enfatizam a situação da mulher negra (pretas e pardas) como a mais rejeitada dentro do mercado matrimonial. É possível observar que entre os solteiros(as) negros(as) há mais homens nessa condição que mulheres. Nossa hipótese é que isso não se deve a fatores de rejeição, tal como suspeitamos em relação às mulheres negras, mas sim a prerrogativas das escolhas masculinas no mercado matrimonial.

Segundo Souza (2008), o termo mercado matrimonial comporta em si mesmo um componente simbólico com forte carga afetiva de natureza expressivamente feminina e que, como símbolo, pode ser recriado pelo imaginário. Trabalhos estatísticos, como o de Silva (2003), apontam que os casamentos no Brasil são orientados por diversas variáveis entre elas o quesito raça/cor. Tomando como base dados do Censo, percebemos que a mulher negra vem sendo sistematicamente preterida como categoria nupcial. Como afirma Berquó:

a miscigenação vem sendo realizada muito mais pela preferência afetiva de homens negros pela mulher branca ou de pele clara do que de mulheres negras por homens brancos; as pretas e pardas são as menos preferidas para uma união afetiva estável pelos homens negros e brancos (Berquó *apud* Pacheco, 2006, p. 154).

Os estudos de Berquó (1987, 1991) chamam atenção para a real situação da mulher negra em relação aos relacionamentos no Brasil. Estatisticamente, 30% dessas mulheres com 30 anos se encontram sozinhas, 41% delas na faixa etária dos 50 anos não possuem parceiros e aos 60 anos essa porcentagem alcança os 71%. Curiosamente, somente 20% dos homens negros chegam aos 60 anos sozinhos. Assim, ao juntarmos mercado matrimonial e gênero, a mulher negra torna-

se sujeito em desvantagem. Há um excedente de mulheres negras sem pretendentes para contrair matrimônio, desmascarando mais uma vez nossa tão decantada “democracia racial”.

A idéia de democracia racial, tão associada à obra de Gilberto Freyre (1987 [1933]), criou um ideal de mestiçagem como forma de vencermos a distância racial existente. Essa crença na democracia racial foi capaz de acomodar, aparentemente, problemas no convívio entre brancos e negros, aparentando uma cordialidade racial. Acreditava-se que o racismo não existisse, em virtude da profunda mestiçagem e da inexistência de qualquer movimento de segregação, quando comparado às relações raciais dos Estados Unidos.

Embora tenham se passado algumas décadas e alguns autores continuem a apregoar a existência dessa cordialidade racial brasileira, alegando que “não somos racistas” (Kamel, 2006), esses esquecem de admitir a condição de exclusão a qual continuam expostos os negros/as brasileiros/as desde a educação, a saúde, o trabalho, até mesmo o matrimônio. Em data recente, a partir dos anos 1980, os pesquisadores passaram a se interessar pelo tema das relações interraciais de forma mais constante. No Brasil, não existiram leis oficiais no tocante à proibição dessas relações. Contudo, a miscigenação aqui não pode ser vista unicamente sob a ótica pacífica e amorosa de uma pura e simples integração racial, construída por alguns intelectuais, mas sim para atender a um desejo de uma minoria branca de fazer desse país uma nação menos negra.

Munanga (2004) descreve a mestiçagem como um mecanismo de aniquilação da identidade negra, servindo ao propósito do racismo para desmobilizar, criar falácias de igualdade racial e inserir na mente da população negra o desejo de branqueamento. Essa doutrina atinge de forma tenaz a subjetividade da mulher negra, conforme evidenciado por Souza (2008). Em sua pesquisa, a autora aborda a solidão dessa mulher na dimensão afetivo-sexual, analisando como eixo central seu preterimento pelo parceiro do mesmo grupo racial ao inserir-se no mercado matrimonial.

Barros, com base em Laura Moutinho, ao analisar estudos sociológicos que abordaram o tema das relações afetivo sexuais no Brasil até o século XX, percebeu como são representados os pares homem “branco”/mulher “mestiça” e homem “negro”/mulher “branca”. “O primeiro ‘é concebido no interior de uma relação não formal (para a época), ou seja, concubinato, amasiamento entre outros’, e o segundo, ‘circunscrito a uma relação formal’, mas que é concebido como (...) ‘uma troca de compensações de atributos desprestigiados visando à ascensão social’” (Barros, 2008, p. 35). Antes disso, o sociólogo Donald Pierson (1900-1995), ao estudar a sociedade Baiana, à luz da relação entre brancos e negros e posição social, trata desse

assunto no seu livro *Branco e Preto na Bahia*. Na sua análise, conclui que a cor estava atrelada a posição social do indivíduo e que os pretos e pardos, principalmente os últimos utilizam o casamento inter-racial para ascenderem socialmente, sendo, portanto, a mulher branca a alavanca para essa empreitada (Pierson, 1971).

Estudos recentes mostram que nos matrimônios existe uma assimetria onde os negros têm menos índices de homogamia e maiores percentuais de exogamia quando comparados aos brancos, sendo que esses apresentam taxa de 86,4% e negros 69,1%. A miscigenação em proporções maiores nos negros culmina no clareamento dessa população.

Tabela 3 – Distribuição percentual dos homens casados por cor, segundo a cor das esposas Brasil, 1980

Mulheres	Branças	Homens Pardos	Pretos
Branca	88,1	23,0	13,0
Parda	10,9	73,8	28,4
Preta	1,0	3,2	58,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Berquó *apud* Moreira e Sobrinho, 1994.

O atual perfil, trinta anos depois, confirma a permanência dos casamentos inter-raciais no Brasil, evidenciando-se uma continuidade cada vez maior dos casamentos de mulheres mais claras com homens mais escuros, perpetuando a situação registrada na Tabela 3. A internalização do racismo, via perpetuação do ideal do embranquecimento, revela-se nesses relacionamentos nos levando a crer que as relações amorosas são moldadas social e historicamente. Ao longo dos anos os casamentos inter-raciais se apresentaram aos olhos dos negros, como via de acesso para uma melhor interação social. Em depoimentos de homens negros participantes da pesquisa atual e da pesquisa de Moreira e Sobrinho, os reais objetivos são invisibilizados pelo discurso em que a escolha de uma parceira branca e suas relações conjugais “têm como motivação básica os fatores de ordem emocional, como afeto e amor”. Alegando ainda que “o casamento inter-racial não nasce de uma opção e de uma intencionalidade pela cônjuge branca, mas sim de um acontecimento fortuito regulado pelas leis do acaso, e pela compatibilidade cultural entre os cônjuges” (Moreira e Sobrinho, 1994, p. 97).

Essa tal “casualidade” imbricada na ação ideológica no imaginário do homem negro perpetua o preterimento e a exclusão da mulher negra que não faz parte do ideal de ascensão social e de afastamento da sua origem racial. Esses homens e mulheres carregam uma história de

discriminação racial e exclusão numa sociedade racista e preconceituosa, que os pode levar a vivenciar uma condição subjetiva de desqualificação de si. Tais acontecimentos resultam no ideal de pertencimento a uma raça que lhes pareça menos estigmatizada, daí talvez a preferência pela mulher branca, por acreditar ter essa mulher algo a lhe oferecer socialmente, neste caso sua ascensão social e racial.

Para concluir nosso levantamento teórico e dados estatísticos, trazemos os argumentos de Barros quanto ao equívoco da visão dos estudiosos da questão de “casamentos inter-raciais”, pois os esses em suas análises priorizam os dados qualitativos em detrimento dos dados quantitativos e se apegam exclusivamente ao binômio raça e ascensão social. Em sua pesquisa a autora alega que os negros que optam pelo casamento inter-racial são acusados de:

“negar a raça” – aos negros e às negras que optam por este tipo de relacionamento, sem que sejam investigadas as representações que os mesmos possuem a respeito do que é ser “negro” ou “negra”, ou como eles entendem o relacionamento inter-racial. Do mesmo modo, também não se enfatiza o caráter relacional deste tipo de união, o que faz com que os “brancos” e as “brancas” que escolhem esta maneira de se relacionarem também não sejam mencionados em tais análises (Barros, 2008, p. 48).

De nossa parte, atentamos para as representações e os entendimentos dos nossos entrevistados(as) sobre os relacionamentos inter-raciais. Por conta disso, os leitores(as) estão convidados a refletirem sobre a seletividade afetiva entre homens e mulheres negros(as), a partir dos dados empíricos coletados nos depoimentos a seguir.

DISCURSOS SOBRE AMOR E RAÇA/COR

Desde autores clássicos como Fanon (2008) até contemporâneos como Souza (1983), Carone e Bento (2002) e Santos (2004), encontram-se análises aprofundadas da construção da subjetividade negra em face do racismo, vivenciado nos processos de interação social. No tratamento desse tema, os autores têm mobilizado um capital analítico oriundo da Psicologia Social, o qual evidenciou a trama mental envolvida nas experiências de vida, comportamentos, autopercepção identitária, status e papéis sociais de homens e mulheres negros/as. Todavia, esse é um tema que não se esgota na abordagem psicológica, mas fornece subsídios para interpretações de outros campos, a exemplo da nossa proposta situada na Sociologia e Antropologia, tornando-se referenciais interpretativos.

Por conta disso, levamos em consideração na análise socioantropológica o cruzamento dessas análises com a perspectiva dos sujeitos sobre afetividade e as nuances trazidas pela dimensão raça/cor nas suas relações. Concordamos com Santos (2004) quando a autora localiza na esfera íntima e da subjetividade os suportes mais sólidos de sustentação das discriminações e delimitações dos espaços “cordialmente” estabelecidos na sociedade brasileira. Sendo assim, tomamos como objeto analítico os discursos provenientes de um questionário elaborado com dez questões abrangendo dados pessoais (faixa etária, escolaridade, renda, ocupação e estado civil) e afetivos/étnico-raciais (autoidentificação pessoal e do/a parceiro/a atual ou do último relacionamento, critérios de seletividade e grau de importância da questão raça/cor). Trabalhamos com 25 questionários respondidos, dos quais foi possível traçar o seguinte perfil dos/as entrevistados/as:

- Os questionários foram respondidos por catorze mulheres (sete do Rio Grande do Sul e sete da Bahia) e onze homens (nove da Bahia e duas do Rio Grande do Sul).
- Todos/as se autodeclararam negros/as com o acréscimo de outra categoria, que a nosso ver expõe algumas variações cromáticas: negra/preta, negra/parda e negra/marrom; Em relação aos parceiros/as atuais ou do último relacionamento observamos o seguinte: entre as mulheres prevaleceu o informe “negro” em onze casos, seguido de “branco” para três casos. Os homens informaram “negra” para cinco casos, seguido de “branca”, “morena” e “mestiça” com dois casos cada. Entre homens e mulheres baianos, destacou-se maior número de casos de parceiros/as não negros/as.
- A faixa etária ficou entre 23-56 anos para as mulheres e de 24-46 para os homens.
- A média de escolaridade foi de “ensino superior completo” para ambos os grupos. No caso da escolaridade dos parceiros, houve uma variação entre “ensino médio incompleto” e “superior completo”. Essa variação atingiu maior proporção entre as mulheres baianas e seus parceiros (nove casos). O mesmo se deu entre os homens gaúchos e suas parceiras, quatro casos.
- Em relação ao estado civil, o universo feminino ficou assim constituído: oito solteiras, uma em união consensual, três casadas e duas divorciadas. Já no grupo masculino temos cinco solteiros, três casados, um em união consensual e um divorciado. O maior número de solteiros/as ficou entre os baianos/as.
- A renda média geral foi de quatro salários-mínimos (piso nacional), sendo que

funcionário público e profissional liberal foram as principais ocupações informadas em ambos os grupos.

Vale dizer, que estamos cientes do limitado alcance desse universo amostral, o qual foi concebido em função de prazos e meios disponíveis, mas que, pelo seu conteúdo, se torna válido para nossa discussão. Outrossim, optamos por manter o anonimato das pessoas, motivo pelo qual serão identificados apenas com as iniciais M (masculino) e F (feminino), seguidas da idade e região de origem: BA (Bahia) ou RS (Rio Grande do Sul), como no exemplo: F20BA.

Iniciamos nossa análise acerca dos critérios⁷ de escolha de parceiros/as. Os itens mais citados, em ordem de importância, foram: faixa etária, independência financeira e “outros”. Nesta última categoria, incluem-se: amor, caráter, inteligência, afinidade, “química” e característica física. Os depoimentos, a seguir, revelam que faixa etária e situação financeira condizentes são critérios de escolha afetiva relevantes, mas não determinantes quando confrontados com os “outros”. Nessa, reside, especialmente, toda uma carga de subjetividade que poderia ser traduzida em termos de uma expressão comumente usada, “coisa de pele”, aliado especialmente às idéias de “afinidade”, “química” e “característica física”. Mas de qual pele falamos? Qual a cor dessa pele? Em que medida essa “coisa de pele” orienta condutas e escolhas?

Na construção de respostas a esses questionamentos, partimos do conceito de “Ideal do Ego”, trabalhado por Souza (1983). Segundo a autora, esse conceito se refere a uma das “forças estruturantes do psiquismo que desempenha um papel chave na produção do negro como sujeito, sujeitado, identificado e assimilado ao branco” ou, em outras palavras, um modelo ideal de constituição simbólica do sujeito. Nessa perspectiva, a autora enquadra aquele indivíduo negro que projeta no parceiro amoroso branco a consecução do ideal de ego inatingível. Assim, o encontro de peles e/ou daquela pele específica em que se depositam sentimentos e sentidos despertados, não explicáveis objetivamente, corresponde a um desejo, um ideal a ser perseguido e concretizado. Nessa chave interpretativa, insere-se o excerto de entrevista a seguir:

Eu acredito que o importante é o amor que se sente pelas pessoas, porém na realidade a cor interfere e determina os relacionamentos conjugais, infelizmente as pessoas de cor negra têm preferência por pessoas claras; não precisam ser brancas. Um início de namoro informal pode ser com um homem ou uma mulher negra, mas o relacionamento que se

⁷ A questão trazia sete critérios com opção de marcar até dois critérios: grau de instrução, classe social/econômica, ter ou não filhos de relacionamento anterior, faixa etária/idade, independência financeira, religião e outro.

escolhe para toda a vida será quase sempre, em sua maioria com a pessoa de cor mais clara ou branca. Se existe uma relação amorosa ou de qualquer natureza, no final a pessoa que será escolhida para viverem na eternidade é sempre a de cor mais clara (F45BA).

A ressalva feita pela entrevistada de que, apesar de julgar ser indiferente a raça/cor no relacionamento afetivo e familiar, observa que a escolha amorosa recai “sempre, em sua maioria com a pessoa de cor mais clara ou branca”, especialmente quando se faz distinção entre relacionamento afetivo casual (namoro informal) e algo mais duradouro, ou como ela diz “o relacionamento que se escolhe para toda a vida”, nos diz algo passível de ser associado ao “Ideal de Ego” almejado, conforme Souza, bem como ao “desejo da brancura” analisado por Santos:

Um parceiro branco com quem o negro – através da intimidade da relação afetivo-sexual – possa se identificar e realizar o Ideal de Ego inatingível. “Em muitas formas de escolha amorosa, é fato evidente que o objeto serve de sucedâneo para algum inatingido Ideal de Ego de nós mesmos. Nós o amamos por causa das perfeições que nos esforçamos por conseguir para o nosso próprio ego e que agora gostaríamos de adquirir dessa maneira indireta como meio de satisfazer nosso narcisismo (Souza, 1983, p. 43).

A brancura aqui entendida não somente como “cor” de pele, mas símbolo hegemônico da cultura [conjunto de valores éticos, estéticos, físicos, psíquicos, econômicos], da beleza, da razão, da felicidade, do ser (Santos, 2004, p. 33).

Outras ressalvas, porém daqueles que consideram a raça/cor como algo “importante” ou “muito importante” no relacionamento afetivo, fazem menção às escolhas orientadas pela cultura vivida, ascensão social e padronização do belo, do desejável:

Porque as nossas escolhas são sempre feitas a partir de um padrão de beleza ditado por ideias dominantes de raça. Não deveria ser, mas é muito importante sim. As ideias orientam nosso estar no mundo e nossas escolhas. Categorias como o belo e o lindo são categorias fortemente racializadas e a família é um lugar privilegiado onde tais ideias são reproduzidas e/ou desafiadas (M29BA).

Porque este ponto norteia a nossa existência (F52RS).

Pois na nossa cultura ainda há grande discriminação racial, principalmente na classe média (F56RS).

Tu vê essa negralhada de futebol! Os jogadores! Olha as mulheres que eles têm! Eles pensam: tenho dinheiro, sou famoso, posso pegar a mulher branca que eu quiser! (F57BA).

O entrelaçamento das razões citadas – beleza, cultura, ascensão social – que conferem importância ao quesito raça/cor nas escolhas afetivas remetem aos significados do corpo negro abordados por Gomes (2003). A autora ressalva a construção da representação social e da beleza do negro/a na sociedade brasileira, a partir da cor da pele e do cabelo, como marcas identitárias

que convivem num jogo de tensão entre o atributo e o estigma. Esse tensionamento vem do padrão de beleza vigente que codifica o belo, em termos de pele branca/clara e cabelo longo/liso. Assim, essas percepções de beleza são valoradas, conforme se aproximam ou se afastam do padrão normativo. Conseqüentemente, o corpo negro significa ou não algo desejável, uma possibilidade ou não de escolha.

Na sequência discursiva, os entrevistados referem-se ao papel que a família desempenha na problemática racial:

Comumente se imagina que a família é uma instituição que protege das vicissitudes do racismo. Discordo, considero que ela pode mesmo reproduzi-las, silenciar diante do racismo e mesmo contribuir para dificultar na conscientização de um membro acerca das desigualdades raciais (M35BA).

Na minha família minha mãe me ensinou a não ter vergonha de minha negritude e minha vida inteira escutei relatos de minha mãe e minha tia relatando situações de preconceito e racismo com elas e com algum outro membro da família, e de que como devemos superar isso, principalmente pelo estudo em busca de uma vida mais digna. Raça e cor são assuntos constantes em minha casa. Ao passo que com outros parentes, existe uma “vergonha” de sua negritude, e um ideal de branquitude como ideal a ser alcançado (M24RS).

Apesar de a maioria das famílias brasileiras serem multicolores e mosaicos formados dos filhos de relações anteriores, tenta-se buscar uma uniformidade nas cores da pele dos membros da família como se isso fosse uma marca de pertença para além da relação consanguínea. À medida que a miscigenação vai acontecendo e, em uma mesma família, podemos encontrar pessoas com traços fisionômicos diversos e cores de pele diversas, acredito que o preconceito e a discriminação podem surgir no próprio seio da família, pois ela reflete as estruturas e normas sociais mais abrangentes hegemônicas no contexto onde está inserida (M43BA).

Ainda, em relação à família, observa-se que mesmo permanecendo como locus ideal da afetividade, isso não a exclui ou a faz atuar como um cinturão impermeável das tensões raciais. Esse é um ponto interessante por esvaziar, por vezes, a premissa básica de que os relacionamentos afetivos inter-raciais anulam conflitos e resguardam os envolvidos de tensões sociais advindas de suas escolhas:

Conviver com desconfiança perante uma família branca, que sabemos que tem preconceito com negro, ter de provar não sei quantas vezes o quão competente tu és, não está no meu conceito de vida, pois já temos de provar isso diversas vezes durante a vida. (F27RS).

Em casamentos mistos acredito que os filhos acabam “pagando” um preço muito alto para serem aceitos pelos dois grupos raciais (F56RS).

Minha concepção de família não se restringe a pai, mãe e irmãos, mas engloba todos os

parentes consanguíneos e não consanguíneos. Minha família é racialmente bastante diversificada, com muitos indígenas, negros e alguns brancos. Acredito que raça/cor, enquanto tema de discussão, deve estar presente nas relações familiares para que haja entendimento e compreensão das diferentes experiências históricas e sociais de cada envolvido naquele grupo familiar (F29RS).

Acredito que seja pouco importante em relação a outros aspectos que permeia a família, mas acredito que seja uma questão que pese bem mais do que nas relações amorosas. Mas acredito que seja muito importante, se tomarmos em referência as atitudes que os familiares tomam em função da raça/cor, diante de questões familiares (MBA29b).⁸

Se as tensões raciais estão presentes dentro e fora do ambiente familiar, não se ignora o dilema que pode significar para um homem ou mulher negra/o a opção pelo parceiro afetivo não negro. Santos (2004) explorou a tensão do binômio mulher negra-homem branco objetivando compreender os componentes os psíquicos que circunscrevem um relacionamento em que cada uma das partes é identificada social, cultural e psicologicamente com valores negativos e positivos. Nos discursos a seguir, homens e mulheres, ponderam sobre as implicações de suas escolhas afetivas:

Mesmo estando ciente das implicações de um relacionamento inter-racial na conjuntura social atual, não as levarei em consideração, não acredito que eu possa controlar um possível amor por uma pessoa de uma raça diferente da minha, independente dela qual for. Estando dentro dos meus padrões, essa pessoa pode ter a raça que for. Isso não significa que eu não considere relevante o fator racial. Acho importante, mas não determinante (M31RS).

Por mais que pensemos que a cor não importa, existe ainda uma não aceitação dos casais/pares de cores de pele diferentes. Na família, entre os amigos, os olhares na rua. A questão racial ainda não está resolvida na cultura brasileira, mesmo sendo um povo extremamente mestiço, a identidade étnica ainda não está incorporada entre os negros e as pessoas de pele clara não se sentem negras. Eu não me importo com a cor da pele da pessoa com quem me relaciono afetivo-sexualmente, mas sei bem o que me espera se me relacionar com pessoas de pele branca. O preconceito e estranhamento vão ficar estampados na cara das pessoas! (M43BA).

Se eu faço parte de um segmento da população e de movimento étnico, sim, a consideração racial deve ser considerada. Mas já o contrário também (F33RS).

Ao fazermos o recorte de gênero, esse dilema pode ser de dupla face no caso das mulheres negras, em virtude da estigmatização proveniente de estereótipos sexuais e raciais. Essa interpretação decorre de estudos anteriores em que autores como Azevedo (1955), Berquó (1987) e Moutinho (2004) encontram um padrão de conjugalidade homem escuro/mulher clara. As hipóteses explicativas para manutenção de tal padrão vão desde a questão demográfica,

⁸ Em função de já haver outro entrevistado identificado como M29BA, esse segundo entrevistado que possui os mesmos dados identificatórios recebeu o acréscimo da letra “b”.

exemplificada com os excedentes de homens e mulheres negros/brancos em dado segmento populacional e época, até aquelas que buscam explorar os fatores condicionantes sócio-históricos que influenciam no terreno da subjetividade, a saber: a rejeição da mulher negra, o ideal de miscigenação e/ou branqueamento, ascensão social.

Ter um companheiro com a raça/cor significa que estamos na mesma condição racial e os estereótipos sexuais que a sociedade impõe geralmente não serão levados em consideração (F32RS).

Num bate-papo perguntamos a uma pessoa que explicava o fenômeno do racismo se ele apresentaria uma mulher negra como sua namorada, noiva, mulher, ele não respondeu até hoje e foi evasivo na resposta e não respondeu. E é estudioso das questões raciais. Observo os olhares dos homens. Eles fixam seus olhares nas mulheres brancas ou mais claras. Só conheço três pessoas que têm cônjuges negras. (...) Independendo do caráter da mulher, ela pode ser um exemplo de mulher em todos os sentidos, ficará sozinha, por ser negra, a menos que conheça um homem consciente de sua negritude e de que ser negro não é nenhum defeito. Eu mesma sou vítima. Nos meus dois relacionamentos fui trocada por mulheres mais claras/brancas. A tia de meu amigo foi trocada por uma mulher branca, meus primos só escolhem mulheres mais claras e minhas primas também. Infelizmente os homens e mulheres fazem isto não por consciência e sim por alienação. Eles podem ser um super-homem e elas super-mulheres, mas só se sentirão homens de verdade se estiverem ao lado de uma mulher branca ou homem branco (F45BA).

Os super-homens e super-mulheres pensados por F45BA sintetizam o apanhado discursivo que trafega entre o ideal de amor romântico – “Onde existe amor e maturidade não há espaço para o preconceito”; “Não se casa, não se ama a cor, e sim a pessoa”; “Nós não escolhemos a pessoa por quem iremos nos apaixonar”; “O amor é o que importa para um bom relacionamento” – e o ideal inverso – “Um dia eu me casaria com uma mulher negra, e meu filho seria mais preto que eu”; “Considero muito importante que a parceira seja alguém consciente acerca das implicações da se ter uma determinada raça/cor na sociedade brasileira”; “Não por preconceito, mas por questão de preferência, eu não me relaciono com loiros”.

Nesse fluxo de palavras e sentimentos, há a amplitude dos códigos que acionamos na interação cotidiana, moldando ideias, comportamentos, expectativas e papéis sociais que nos definam perante o outro. Estar em descompasso com essa perspectiva, ainda que em alguns momentos, indica a possibilidade da rejeição e desencontros entre os indivíduos. É evidente, que a realidade social não opera de forma tão esquemática e absoluta. Há margens de manobra, rupturas e continuidades que desafiam nossos olhares, mas não há como ignorar os desafios postos em uma sociedade desigual e perpetuadora de hierarquias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo, buscamos estabelecer alguns vínculos entre os debates contemporâneos sobre relações raciais e afetividade, a partir dos lugares em que estes estão se construindo. Essa construção perpassa níveis diferenciados e, por isso, interligamos um nível macro, expresso estatisticamente e capaz de nos oferecer uma visão mais extensa dos contextos focados, com o nível micro das relações vivenciadas no cotidiano e protagonizadas por aqueles/as que têm algo a dizer sobre isso.

As mulheres e homens negros que nos emprestaram suas interpretações sobre a afetividade que norteia seus comportamentos imprimem possibilidades de novas análises que, ao agregarem a dimensão étnico-racial, enriquecem nosso entendimento e busca por respostas sociais. Por isso nossa concordância com Pacheco:

Se a discussão sobre raça mereceu a atenção de vários intelectuais e pesquisadores brasileiros/as e estrangeiros/as nas Ciências Sociais brasileiras, o mesmo não se pode dizer sobre a questão da afetividade e, muito menos, sobre a afetividade baseada em critérios raciais e de gênero. Poucas são as pesquisas que levem em consideração tal articulação, sobretudo no que toca a questão das escolhas de parceiros afetivos (Pacheco, 2006, p. 2).

Para alguns, isso pode significar encapsular os sujeitos na dimensão das relações raciais, para nós, no entanto, significa tanto uma postura teórico-metodológica contrária a perspectiva da “cegueira para a cor” quanto uma aposta de aprofundamento nessas águas profundas, mas reveladoras das relações sociais. Nesse sentido, nosso artigo inaugura uma trilogia a ser desenvolvida sobre esse tema. Nos próximos textos abordaremos a afetividade negra em outras esferas e dinâmicas de interação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Thales. *As elites de cor – um estudo de ascensão social*. Salvador: Edufba: 1996 [1955].
- BARROS, Zelinda dos Santos. Representações do pensamento social acerca do casamento inter-racial. *Enfoques – Revista Eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, março de 2008, p. 35-49. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~enfoques/indexmar08.html>. Acessado em: julho de 2010.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento e SANTOS, Joel Rufino. *Atrás do muro da noite: dinâmica das*

culturas afro-brasileiras. Brasília: MEC / Fundação Palmares, 1994.

BERQUÓ, Elza. Nupcialidade da população negra no Brasil. *Textos NEPO/Núcleo de Estudos de População /Unicamp*, n. 11, 1987, p. 1-45.

_____. Como se Casam Negros e Brancos no Brasil. In: LOVEL, Peggy (org.). *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1991.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995, p. 544-552.

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes: 2002.

CASSARES, Diego; NUNES, Camila Xavier; COSTA, Juliana Cunha. *A Semântica Cordial – Representações da Mulher Negra no Turismo de Salvador*. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19542.pdf>. Acessado em: julho de 2010.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba: 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987 [1933].

GOMES, Nilma Lino. *Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra*. Comunicação no II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, Florianópolis, SC, 8-11 de abril de 2003. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/641-of1-st1.pdf>. Acessado em: julho de 2010.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito Racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez: 2008.

_____. Entrevista com Carlos Hasenbalg. *Tempo Social*, v. 18, n. 2, novembro de 2006, p. 259-268.

_____. *O Projeto UNESCO na Bahia*. Comunicação ao Colóquio Internacional “O projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois”, Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 12-14 de julho de 2004. Disponível em: www.fflch.usp.br/sociologia/asag/O%20Projeto%20UNESCO%20na%20Bahia.pdf. Acessado em: maio de 2010.

_____. Como trabalhar com “Raça” em Sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, janeiro-junho de 2003, p. 93-107.

IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Brasília, 2000. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>. Acessado em: maio de 2010.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005*. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>.

Acessado em: maio de 2010.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A: 2002.

KAMEL, Ali. *Não Somos Racistas – uma reação aos que querem nos transformar numa nação bipolar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2006.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, Felícia Reicher (org.). *Quem mandou nascer mulher?*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MOREIRA, Diva e SOBRINHO, Alberto Batista. Casamentos Inter-Raciais: O Homem Negro e a Rejeição da Mulher Negra. In: COSTA, Albertina de Oliveira e AMADO, Tina (orgs.). *Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: Prodir/FCC / Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MOUTINHO, Laura. *Razão, “Cor” e Desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: UNESP: 2004.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos PENESB*, n. 5, 2004.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE* (Texto para Discussão, n. 996). Brasília: Ipea, novembro de 2003.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais brasileiras – um diálogo com o tema. *Revista Afro-Ásia*, n. 34, 2006, p. 153-188.

PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento Humano e Relações Raciais*. Rio de Janeiro: DP&A: 2003.

PEREIRA, Edilene Machado. Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador/Bahia. *Revista África e Africanidades*, ano II, fevereiro de 2010, p. 1-10.

PETRUCCELLI, José Luiz. Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 1, 2001, p. 29-51.

PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia* (Coleção Brasileira, v. 241). 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

RODRIGUES, Vera. De gente da Barragem a Quilombo da Anastacia: uma etnografia dos processos étnicos e políticos no sul do país. ABA – Associação Brasileira de Antropologia (Org.). *Prêmio Territórios Quilombolas*, Brasília, 2006, p. 51-70.

RODRIGUES, Vera; BENTES, Francinei; SEVERO, Adriana. Os afro-brasileiros em Porto Alegre-RS: caracterização sociorracial e desafios para as políticas públicas. In: GEHLEN, Ivaldo *et alii* (orgs.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afrobrasileiros, coletivos indígenas, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, remanescentes de*

quilombos. Porto Alegre, Century, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Perseu Abramo: 2004.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *Mulher Negra, Homem Branco*. São Paulo, Pallas, 2004.

SCHWARCZ, LÍlian. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos?. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, dezembro de 1990, p. 5-22.

SILVA, Maria Nilza da. A mulher negra. *Revista Espaço Acadêmico*, ano II, n. 22, março de 2003. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm. Acessado em: maio de 2010.

SILVA, Nelson do Valle. Distância social e casamento inter-racial no Brasil, Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 14, 1987, p. 54-83.

SIMÃO, Daniel Schroter. *Gênero no mundo do Trabalho*. 2000 (mimeo).

SOUZA, Claudete Alves da Silva. *A Solidão da Mulher Negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6853. Acessado em: julho de 2010.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal: 1983.